

7. Pragmática do saber científico

Tentemos caracterizar, mesmo sumariamente, a pragmática do saber científico tal como ela ressalta da concepção clássica deste saber. Distinguir-se-á aí o jogo de investigação e o jogo de ensino. Copernico declara que a trajetória dos planetas é circular⁸⁶. Seja a proposição verdadeira ou falsa, ela comporta um grupo de tensões em que cada uma se exerce sobre cada um dos lugares pragmáticos que ela põe em jogo: destinatador, destinatário, referente. Estas «tensões» são gêneros de prescrições que regulam a aceitabilidade do enunciado enquanto «de ciência».

Antes de mais, pressupõe-se que o destinatador diz a verdade a propósito do referente — a trajetória dos planetas. Que significa isto? Que ele, por um lado, é supostamente capaz de apresentar provas do que diz e, por outro, de refutar qualquer enunciado contrário ou contraditório acerca do mesmo referente.

Em seguida pressupõe-se que o destinatário pode dar validamente o seu acordo (ou recusá-lo) ao enunciado que ouve. Isso implica que ele próprio é um destinatador potencial, pois, quando formular o seu assentimento ou dissentimento, ficará submetido à mesma dupla exigência

⁸⁶ O exemplo é retirado de Frege, «Ueber Sinn und Bedeutung» (1892); trad. inglesa., «On Sense and Reference», in *Philosophical Writings*, Oxford, Blackwell, 1960.

investigação / ensino

de provar ou refutar que o destinatador actual, Copérnico. Pressupõe-se, portanto, que reúne em potência as mesmas qualidades que este: ele é seu par. Mas isso só se saberá quando ele falar, e nestas condições. Antes disso, ele não pode ser considerado sábio.

Em terceiro lugar, o referente, a trajectória dos planetas de que fala Copérnico, é supostamente «expresso» pelo enunciado de uma maneira conforme aquilo que ele é. Mas, como não se pode saber o que ele é senão por enunciados da mesma ordem que o de Copérnico, a regra de adequação é problemática: o que digo é verdadeiro porque o provo; mas o que é que prova que a minha prova é verdadeira?

A solução científica desta dificuldade consiste na observância de uma dupla regra. A primeira é dialéctica ou mesmo retórica de tipo judiciário⁸⁷: é referente o que no debate pode servir de matéria de prova, de peça de convicção. Não se trata de: posso provar porque a realidade é como a digo, mas: na medida em que posso provar, é permitido pensar que a realidade é como a digo⁸⁸. A segunda é metafísica: o mesmo referente não pode fornecer uma pluralidade de provas contraditórias ou inconsistentes; ou ainda: «Deus» não é enganador⁸⁹.

Esta dupla regra sustenta o que a ciência do século XIX denomina verificação e a do século XX falsificação. Ela permite dar ao debate dos parceiros, destinatador e destinatário, o horizonte do consenso. Nem todo o consenso é índice de verdade; mas supõe-se que a verdade de um enunciado não pode deixar de suscitar o consenso.

⁸⁷ Br. Latour, «La rhétorique du discours scientifique», *Actes de la recherche en sciences sociales*, 13 (Março de 1977).

⁸⁸ G. Bachelard, *Le nouvel esprit scientifique*, PUF, 1934.

⁸⁹ Descartes, *Méditations métaphysiques*, 1641, meditação IV.

⁹⁰ Ver, por exemplo, K. Hempel, *Philosophy of Natural Science*, Englewood Cliffs (N. J.), Prentice Hall, 1966; trad. francesa, Saint-Sernin, *Elements d'épistémologie*, Armand Colin, 1972.

Isto para a investigação. Vê-se que ela exige o ensino como complemento necessário. Com efeito, o cientista precisa de um destinatário que possa, por sua vez, ser um destinatador, ou seja, um parceiro. Senão, a verificação do seu enunciado é impossível na falta de um debate contraditório, que a não renovação das competências acabaria por tornar impossível. E não é apenas a verdade do seu enunciado, mas a sua própria competência que está em jogo neste debate; visto que a competência nunca é adquirida, ela depende daquilo que no enunciado proposto é ou não considerado como discutível numa sequência de argumentações e de refutações entre pares. A verdade do enunciado e a competência do enunciador estão, portanto, submetidas ao assentimento da colectividade de iguais em competência. E pois necessário formar os iguais.

A didáctica assegura esta reprodução. Ela é diferente do jogo dialéctico da investigação. Para abreviar, o seu primeiro pressuposto é que o destinatário, o estudante, não sabe o que o destinatador sabe; é, com efeito, por esta razão que há qualquer coisa para aprender. O seu segundo pressuposto é que ele pode aprender e tornar-se um perito com a mesma competência que o seu mestre⁹¹. Esta dupla exigência supõe uma terceira: há enunciados a propósito dos quais a troca de argumentos e a administração das provas, que formam a pragmática da pesquisa, são consideradas como tendo sido suficientes, e podendo, por este facto, ser transmitidas no ensino tal como são a título de verdades indiscutíveis.

Dito de outra forma, ensina-se o que se sabe: é o caso do especialista. Mas, à medida que o estudante (o destinatário da didáctica) melhora a sua competência, o especialista pode comunicar-lhe aquilo que não sabe, mas procura saber (pelo menos se o especialista for, por outro

⁹¹ Não podem ser aqui abordadas as dificuldades levantadas por esta dupla pressuposição. Ver Vincent Descombes, *L'inconscient malgré lui*, Minuit, 1977.

1) }
2) }
3) }

emprego - CC / ver item

lado, também um investigador). O estudante é assim introduzido na dialéctica dos investigadores, ou seja, no jogo da formação do saber científico.

Se esta pragmática for comparada com a do saber narrativo, notar-se-ão as propriedades seguintes:

1. O saber científico exige o isolamento de um jogo de linguagem, o denotativo, e a exclusão dos outros. O critério de aceitabilidade de um enunciado é o seu valor de verdade. Serão aí encontradas decerto algumas outras classes de enunciados, como a interrogação («Como explicar que...?») e a prescrição («Seja uma série enumerável de elementos...»); mas eles são meras peças na argumentação dialéctica que deve conduzir a um enunciado denotativo⁹². É-se, portanto, sábio (neste sentido) se se puder proferir um enunciado verdadeiro acerca de um referente; e cientista se se puderem proferir enunciados verificáveis ou falseáveis acerca de referentes acessíveis aos especialistas.

2. Este saber encontra-se assim isolado dos outros jogos de linguagem cuja combinação forma o vínculo social. Ele não é uma componente imediata e partilhada como é o saber narrativo. Mas é uma componente indirecta deste, porque ele se torna uma profissão e dá lugar a instituições e porque, nas sociedades modernas, os jogos de linguagem se reagrupam sob a forma de instituições animadas por parceiros qualificados, os profissionais. A relação entre o saber e a sociedade (ou seja, o conjunto dos parceiros na agonística geral, enquanto não profissionais da ciência) exterioriza-se. Um novo problema aparece, o da relação entre a instituição científica e a sociedade. Poderá o problema ser resolvido pela didác-

tica, por exemplo de acordo com o pressuposto de que qualquer átomo social pode adquirir a competência científica?

3. No seio do jogo da investigação, a competência requerida incide apenas sobre o lugar do enunciador. O destinatário não tem uma competência particular (ela não é exigível senão na didáctica: o estudante deve ser inteligente). E o referente não tem aí qualquer competência. Mesmo quando se trata de ciências humanas, o referente que é então um determinado aspecto das condutas humanas, está, em princípio, situado em exterioridade relativamente aos parceiros da dialéctica científica. Não é o caso, aqui, como no narrativo, de saber ser aquilo que o saber diz que se é.

4. Um enunciado de ciência não retira nenhuma validade daquilo com que está relacionado. Mesmo em matéria de pedagogia, ele só é ensinado desde que seja sempre verificável presentemente por argumentação e prova. Em si, ele nunca está ao abrigo de uma «falsificação»⁹³. Desta forma, o saber acumulado em enunciados aceites precedentemente pode ser sempre recusado. Mas, inversamente, qualquer novo enunciado, se for contraditório com um enunciado admitido precedentemente que incide sobre o mesmo referente, não poderá ser aceite como válido se não refutar o enunciado precedente com argumentos e provas.

5. O jogo da ciência implica, portanto, uma temporalidade diacónica, ou seja, uma memória e um projecto. Pressupõe-se o destinatário actual de um enunciado científico tem conhecimento dos enunciados precedentes respeitantes ao seu referente (bibliografia) e que só propõe um enunciado sobre o mesmo assunto desde que

⁹² Esta observação mascara uma dificuldade importante, que apareceria também no exame da narração: trata-se da que diz respeito à distinção entre jogos de linguagem e géneros de discurso. Não a estudaremos aqui.

⁹³ No sentido precedentemente indicado na nota 90.

dirtra dos enunciados precedentes. O que chamamos o «acento» de cada *performante* é aqui privilegiado em relação à «métrica»; e, ao mesmo tempo, a função polémica deste jogo. Esta diacronia, que supõe a memorização e a investigação do novo, desenha em princípio um processo cumulativo. O «ritmo» deste, que é a relação do acento com a métrica, é variável⁹⁴.

1) Estas propriedades são conhecidas. Elas merecem, no entanto, ser recordadas por duas razões. Antes de mais, colocar em paralelo a ciência com o saber não científico (narrativo) faz compreender, ou, pelo menos, sentir, que a existência da primeira não é mais necessária que a do segundo, nem menos. Uma e outro são formados de conjuntos de enunciados; estes são «lances» feitos pelos jogadores no quadro de regras gerais; estas regras são específicas de cada saber e os «lances» julgados bons em dois jogos diferentes não podem ser do mesmo género, salvo por acidente.

Não se poderia, portanto, ajuitar nem da existência nem do valor do narrativo a partir do científico, nem o inverso: os critérios pertinentes não são os mesmos em ambos. No caso-limite bastaria ficar-se maravilhado com esta variedade das espécies discursivas, como sucede com as espécies vegetais ou animais. Lamentar a «perda de sentido» na pós-modernidade consiste em lastimar que o saber já não seja principalmente narrativo, o que é uma inconsequência. Uma outra, que não é menor, é a de querer derivar ou engendrar (através de operadores tais como o desenvolvimento, etc.) o saber científico a partir do saber narrativo, como se este contivesse aquele em estado embrionário.

Todavia, tal como as espécies vivas, as espécies de linguagem têm relações entre si, e estas estão longe de ser

⁹⁴ Th. Kuhn, *The Structure of Scientific Revolutions*, Chicago U. P., 1962; trad. francesa, *La structure des révolutions scientifiques*, Flammarion, 1972.

2) harmoniosas. A outra razão que pode justificar a rememoração sumária das propriedades do jogo de linguagem da ciência respeta precisamente à sua relação com o saber narrativo. Dissemos que este último não valoriza a questão da sua própria legitimação, ele dá crédito a si mesmo pela pragmática da sua transmissão sem recorrer à argumentação e à administração de provas. É por isso que ele junta à sua incompreensão dos problemas do discurso científico uma tolerância segura em relação a este: ele toma-o, antes do mais, como uma variedade na família das culturas narrativas⁹⁵. O inverso não é verdadeiro. O cientista interroga-se sobre a validade dos enunciados narrativos e verifica que eles nunca estão submetidos à argumentação e à prova⁹⁶. Ele classifica-os numa outra mentalidade: selvagem, primitiva, subdesenvolvida, atraída, alienada, feita de opiniões, de costumes, de autoridade, de preconceitos, de ignorâncias, de ideologias. As narrativas são fábulas, mitos, lendas, bons para as mulheres e as crianças. Nos melhores casos tentar-se-á fazer penetrar a luz neste obscurantismo, civilizar, educar, desenvolver. Esta relação desigual é um efeito intrínseco das regras próprias de cada jogo. Conhecem-se os sintomas. É toda a história do imperialismo cultural desde os primórdios do Ocidente. É importante reconhecer-lhe o conteúdo, que o distingue de todos os outros: ele é comandado pela exigência de legitimação.

⁹⁵ Cf. a atitude das crianças aquando das primeiras aulas de ciências, ou a forma como os aborígenes interpretam as explicações dos etnólogos (ver Lévi-Strauss, *La pensée sauvage*, cit., cap. 1, «La science du concret»).

⁹⁶ É assim que Métraux diz a Clastres: «Para poder esudar uma sociedade primitiva é preciso que ela esteja já um pouco pôdre.» Com efeito, é necessário que o informador indígena possa examiná-la com o olhar de um etnólogo, pondo-se-lhe a questão do funcionamento das suas instituições e, portanto, da sua legitimidade. Ao reflectir no seu fracasso junto à tribo dos Aché, Clastres conclui: «E por isso, num mesmo movimento, os Aché recebiam as ofertas que não reclamavam e recusavam as tentativas de diálogo porque eram suficientemente fortes para não necessitarem delas: comecaríamos a falar quando eles ficassem doentes.» (Citado por M. Cartry, «Pierre Clastres», in *Libre*, 4 [1978]).